



**AS RELAÇÕES DE PODER NAS COMUNIDADES
AGREGAS DO VALE DO MUCURI, MINAS GERAIS-
BRASIL**

**THE POWER RELATIONS IN THE HOUSEHOLD
COMMUNITIES OF MUCURI VALLEY, MINAS GERAIS-
BRAZIL**

Márcio Achtschin Santos*

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

<https://orcid.org/0000-0002-9436-4723>

marcio.achtschin@ufvjm.edu.br

RESUMO: O objetivo desse artigo é analisar as relações de poder no interior das comunidades de agregados no Vale do Mucuri, nordeste do estado de Minas Gerais, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Tendo como ponto de partida o modo de vida do trabalhador agrego do Mucuri, a proposta dessa pesquisa é perceber como esses grupos estabeleceram suas regras de convivência. As fontes utilizadas foram os periódicos publicados na região entre os anos de 1895 a 1956, bem como o uso de entrevistas semiestruturadas. Como resultado desse trabalho, pôde-se identificar uma frágil presença do estado nessas comunidades, mas que se estruturaram em instituições autônomas estabelecendo os limites de convivência a partir da ajuda mútua.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade agrega; Poder; Vale do Mucuri.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the power relations within the communities of households in the Mucuri Valley, northeast of the state of Minas Gerais, between the end of the 19th century and the first half of the 20th century. Taking as a starting point the way of life of the worker of mucuri, the purpose of this research is to understand how these groups established their rules of coexistence. It was used sources from journals published in the region between 1895 and 1956, as well as the use of semi-structured interviews. As a result, it was possible to identify a fragile presence of the state in these communities, but which were structured in autonomous institutions establishing the limits of coexistence based on mutual help.

KEYWORDS: Community agrega; Power; Mucuri Valley.

* Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Assistente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

INTRODUÇÃO

Em um Brasil que apenas recentemente se tornou majoritariamente urbano, ainda são escassas as pesquisas que analisam as expressões políticas construídas no meio rural. Isolados em múltiplas ilhas, os “sertões” construíram suas relações próprias de poder. Ao escrever que “Minas é muitas”, Guimarães Rosa poderia estar sugerindo que a diversidade também se multiplicava em seus espaços políticos, ganhando formatos próprios, dialogando ou não com práticas nacionais.

Penetrar nesses sertões e parte de sua política é o desafio que esse trabalho se presta, pois trata das relações de poder no agrego, no Vale do Mucuri, região do nordeste do estado de Minas Gerais, entre o final do século XIX e meados do século XX. O regime agrário denominado agregação pode ser entendido como a cessão da terra por parte do fazendeiro ao indivíduo ou família que tinha direito a extração das matas e o uso da terra. Em troca, trabalhava temporadas para a fazenda¹. O agregado era aquele que utilizava a terra para produzir alimentos e extração de matérias-primas, mas não era o proprietário. Por não ter a posse, tinha parte da terra cedida pelo proprietário de terra para ser explorada (MACHADO, 2006).

O Vale do Mucuri torna-se um cenário ideal para ampliação desses estudos. Esse território do nordeste mineiro teve sua ocupação de modo sistemático a partir do século XIX, utilizando a lavoura como sua principal atividade econômica (RIBEIRO, 2013). Dos anos de mil e oitocentos em diante predominou nos meios rurais do Mucuri o agrego. Apesar de estar presente nas pequenas posses, o sistema agrego predominou em médias propriedades e nas grandes fazendas, se mantendo por mais de cem anos na região.

Buscar reflexões em torno da sociedade agrega já se justificaria por si só, pois há uma lacuna enorme envolvendo esse tema. Fértil também é a oportunidade de analisar comunidades nas quais as relações de poder não atuam exclusivamente dentro de uma lógica ocidentalizada, ou seja, que relacionam política de forma exclusiva com o Estado².

Igualmente comuns são as análises que direcionam para a sobreposição de interesses de grupos dominantes diante de atores envolvidos passivamente em manobras políticas articuladas por quem tem posse. Ainda que pertinentes em alguns casos, essas leituras normalmente não permitem ampliar o entendimento em situações que exigem a

¹ Sobre o agrego, ver também: ASSIS (2007), CANDIDO (2010), FRANCO (1974), MARTINS (1981), QUEIROZ (1976), RIBEIRO (2010), SUAREZ (1982).

² Estado aqui entendido como principal instituição política da sociedade moderna, com direito exclusivo de condicionar e determinar o comportamento dos indivíduos (BOBBIO, 2000).

aplicação de representações em outras estratégias que não as condutas racionais, como a ideologia. Importante ressaltar que não se está aqui indo em direção à defesa da neutralidade na História, mas uma proposta que identifique a existência de diferentes formas de poder, e, conseqüentemente, de novas representações.

Deste modo, a questão seria: como agregados se perceberiam no seu espaço e de que modo se estabelece relações de poder com o outro ou outros ao seu redor? É possível entender as comunidades agregadas que viveram no Vale do Mucuri entre o final do século XIX até os anos de 1950, apenas como massa de manobras eleitorais de grandes proprietários?

Para responder a essas questões foram utilizadas como fontes os periódicos publicados na região entre os anos de 1895 a 1956, bem como depoimentos com ex-agregados para pesquisa das atividades no pós-doutorado de História e Cultura Política do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Dos Periódicos, foram utilizados: “Nova Philadelphia”, 1895 a 1898 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri), “O Mucury”, 1899 a 1900 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri) e “O Norte de Minas”, de 1929 a 1951 (Acervo Digital Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri).

Quanto aos depoimentos, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas entre os meses de julho a novembro de 2019, com 05 mulheres e 15 homens, sendo 13 ex-agregados, 04 pequenos proprietários que coexistiram com o agregado e 03 grandes proprietários que conviveram com agregados. Os nomes foram indicados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni e de Carlos Chagas, ambos do município do Vale do Mucuri. Foram escolhidos nesses depoimentos indivíduos de várias localidades regionais, em entrevistas no município de Teófilo Otoni, localizado mais ao centro do Vale do Mucuri, como também em Carlos Chagas, ao leste, Poté, a oeste, Ladainha, ao sul, e Águas Formosas, ao norte. Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes foram substituídos pelas letras do alfabeto.

Para atender os objetivos propostos, o artigo se divide em 4 partes: a primeira discute as bases teórico-metodológicas utilizadas para analisar o poder entre os agregados. Em seguida, apresenta o formato de ocupação do Vale do Mucuri a partir da produção agropecuária implantada na região; o terceiro subcapítulo trata sobre o modo de vida dos agregados no Vale do Mucuri, pois, reconhecer as relações de poder na sociedade agrega passa pela identificação e as condições de vida de seus atores, do ambiente que vivem e das diversas formas que se relacionam entre si, bem como com outras forças existentes. No

agregos o poder não está explícito, no que justifica o entendimento do cotidiano em suas múltiplas ações realizadas de forma coletiva. Por fim, na última parte, são analisadas as relações de poder no interior das comunidades agregadas.

PODER E INSTITUIÇÕES COMO BASE TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Apesar da historiografia ter ampliado o leque de atores na formação da sociedade brasileira, ainda se preserva o modelo de política relacionado ao Estado, apresentando uma análise de mão única: dominantes e dominados. Aponta para uma leitura vertical na qual exclui outras formas de poder, de grupos aparentemente pouco participativos (e conseqüentemente pouco agraciados) nas vantagens envolvendo a coisa pública.

O que se propõe como base teórica é uma análise na qual é possível perceber a existência da política além e apesar do Estado. Considerando que o Estado não está presente em todas as formas de relações de poder coletivas, as representações desses poderes sinalizam para as necessidades do cotidiano. Nesse aspecto, a lógica é de agentes sociais que se relacionam em regras estabelecidas nos micropoderes, e não exclusivamente o inverso, de poderes manipuladores que controlam os interesses das massas.

Daí o motivo de buscar o *poder*³ como categoria e não a *política* para analisar as relações existentes, em especial nesse ambiente recortado pelo agregado no Vale do Mucuri. A proposta teórica que privilegia o poder como categoria favorece uma flexibilidade muito maior de percepção na relação de forças em um ambiente de comunidade ou grupos regionais. Ou seja, poder, no caso do mundo agregado, pode se exercer em aspectos micro no interior do grupo de agregados, como o rezador, o benzedor, a parteira, o ambiente doméstico no mando do homem, os ritos religiosos.

Não significa com isso que em qualquer relação que exista poder haverá política. Mas que a política pode estar presente em um espaço de existência coletiva independente de existir ou não a presença do Estado, na qual um determinado grupo estabeleça de forma regular e contínua regras básicas próprias para sua convivência coletiva, especialmente onde há uma baixa penetração do Estado nessas comunidades.

Tratar de poder favorece uma leitura na qual se torna possível identificar a construção própria de relações entre grupos que estão distantes do controle do Estado,

³ Nesse estudo, por poder se entende o uso da força, mesmo que não se faça uso dela, mas que tenha capacidade de influir na conduta de outros, conforme KAPLAN; LASSWELL (1979), LEBRUN (2004) e STOPPINO (1998).

produzindo agentes ativos e dinâmicos em condições específicas de convivência. Tornam visíveis grupos que vivem às margens da vida política, em suas próprias construções de poder, dando autonomia a segmentos excluídos e suas estratégias, que tanto pode tensionar como aproximar de grupos dominantes.

Com isso, é possível apreender as idas e vindas de ações coletivas com as características aparentemente pouco compreensíveis a partir de novos olhares teórico-metodológicos. Ao mesmo tempo, alcança um fio de relações domésticas que se entrelaçam com os espaços além da casa e interação entre si em redes complexas, muitas vezes difusas, mas não incompreensíveis. A partir desse entendimento, o poder é exercido no seu cotidiano e por múltiplos atores. Incorporado à política macro, mas também micro. Isso significa que o poder não apenas manipulam, mas também agem por variados interesses e arranjos no mundo do cotidiano.

É no território (não necessariamente espaços demarcados fisicamente) e as suas relações específicas a referência para uma análise mais segura acerca desse poder. Uma maneira de tornar visível o poder está na identificação de mecanismos coercitivos próprios estabelecidos internamente pelos grupos. A percepção das relações de poder passa pelas regras instituídas pela coletividade. São as instituições que tornam descobertas as relações de poder reconhecida por quem partilha vivências comuns.

De modo geral, explícita ou implicitamente, estão inerentes a qualquer vida coletiva a presença de regras e uma estrutura que determina princípios a uma dada ordem social, ou seja, a existência de instituições. São nelas, de acordo com Douglass C. North (1995), a possibilidade de uma interação humana, a partir de limitações estabelecidas. Ou seja, as instituições estruturam o cotidiano, dão formato às relações sociais: “Las instituciones son las reglas del juego em una sociedad o, más formalmente, son las limitaciones ideadas por el hombre que dan forma a la interacción humana” (NORTH, 1995, p. 13).

Cabe às instituições estabelecer uma estrutura estável, preservar a ordem e reduzir ao máximo as incertezas. Carrega um elemento definidor para práticas do cotidiano, oferecendo uma resposta provável para as mais banais escolhas sociais ou para decisões de maior complexidade. Ainda de acordo com North (1995), as instituições podem ser formais ou *informais*, tanto podendo encarnar nas constituições dos Estados como também podem ser construídas e se incorporarem ao direito consuetudinário.

Segundo Margareth Levi (1991), tradicionalmente a ordem construída pelas instituições se sustenta pela coercitividade e pela barganha, tendo como aspecto central o

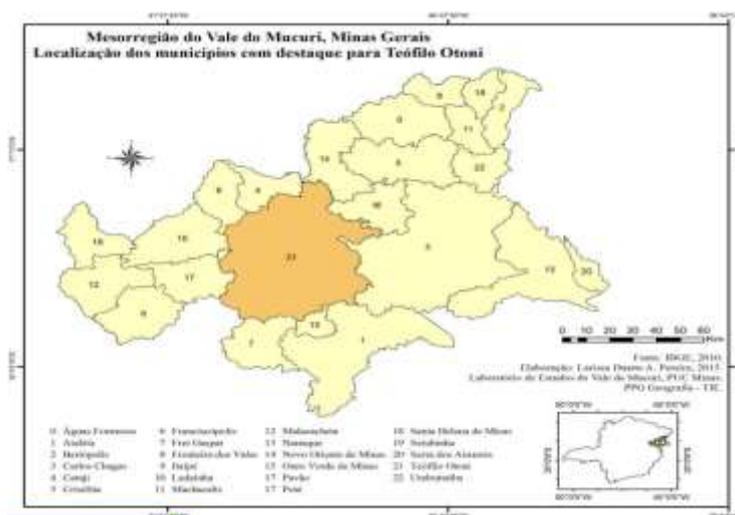
poder dentro desse processo. Em qualquer forma de estrutura institucional estão presentes elementos coercitivos aliados com elementos contratuais.

Portanto, reconhecer as relações de poder passa pela identificação e as condições de vida de seus atores, do ambiente que vivem e das diversas formas que se relacionam entre si, em especial as regras que determinam essas convivências. É a partir dessas bases teóricas que serão analisadas as relações de poder nas comunidades agregadas do Vale do Mucuri.

A OCUPAÇÃO DO VALE DO MUCURI A PARTIR DO SÉCULO XIX

O Vale Mucuri, nordeste do estado de Minas Gerais, até meados do século XIX, era uma terra habitada por comunidades indígenas em grupos heterogêneos, mas nominada genericamente e pejorativamente pelos colonizadores como “botocudos” (MATTOS, 2004). O Vale do Mucuri esteve longe da exploração aurífera dos anos de 1700, pois o governo português queria manter as matas da região para ser um obstáculo natural das práticas do contrabando. Esse quadro mudou no século seguinte. A ocupação dessa região do nordeste do Estado de Minas Gerais por grupos não indígenas esteve relacionada com as mudanças ocorridas em decorrência da formação do Estado brasileiro e também com a superação da crise mineradora mineira. O controle do território nacional era essencial para consolidar o poderio do recém-formado Império. O Mucuri era um espaço onde, apesar do esforço, o Estado pouco alcançava.

Figura 1



Mapa da localização do município de Teófilo Otoni na mesorregião do Vale do Mucuri, Minas Gerais. Elaboração: Larissa Duarte Araújo Pereira, 2015. Fonte: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2015/05/Larissa-Duarte-Ara%C3%BAjo.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2021.

Para Cunha (2002), a ocupação mineira no século XIX esteve diretamente relacionada com o crescimento populacional que supera os limites das áreas mineradoras, originando novos espaços habitados. Assim, concomitante a esse crescimento, Minas Gerais superou a crise da mineração do século XVIII com um alto grau de mercantilização e o seu nível de desenvolvimento se entrelaçava com bases produtivas diferenciadas e em dinâmicas particularizadas (RIBEIRO, 2013).

Alinhada com essas tendências, foi criada por Teófilo Benedito Ottoni, em 1847, a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Ottoni pretendia obter lucros com a empresa a partir da criação de uma área comercial no Mucuri. Apesar do elevado investimento, a empresa de Teófilo Ottoni não conseguiu os lucros esperados e foi encampada pelo governo em 1861. Mesmo com o fim da Companhia, o deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Mucuri se manteve. Paralelo à produção voltada para um mercado local surgiu também uma agricultura de exportação que ganhou força, especialmente no plantio do café a partir dos anos de 1860 (ACHTSCHIN, 2008).

A produção cafeeira se estabeleceu ao longo da segunda metade dos anos de mil e oitocentos e foi determinante para formação da sociedade regional. Em edição de 02 de fevereiro de 1896, o jornal “Nova Philadelphia” fez a previsão de uma safra de 250 mil arrobas. O mesmo jornal, em editorial de 31 de maio de 1896 afirmou ter aumentado em dez vezes a produção de café. Na edição de 06 de setembro, também de 1896, apontou

para existência de mais de 10 milhões de pés de café na região. Em 25 de outubro, o mesmo “Nova Philadelphia” noticiou a safra em 300 mil arrobas.

Décadas depois, em edição de 22 de fevereiro de 1935, o jornal “O Norte de Minas” destacava a importância do café para a economia do Vale do Mucuri, apesar da crise instalada desde o início dos anos 30: “Zona cafeeira, tendo a principal rubéola a razão de ser da sua vida [. . .]”. Em outro artigo, na mesma edição, reafirmava ser “o café, maior fonte de receita da nossa riquíssima zona [. . .]”.

Com a Crise de 1929 e o enfraquecimento do café como produto no mercado, a pecuária se tornou a principal produção agrícola da região do Mucuri. Em meados do século XX, a criação de gado já havia se consolidado como principal atividade econômica rural do Mucuri. Em 1955, o município de Nanuque produziu mais de um milhão de litros de leite (CLARET, 1985). Marcos Lobato Martins (2010) indica o crescimento da pecuária no Vale do Mucuri: em 1920 na região havia 29.683 bovinos e em 1958, somente em Carlos Chagas, 145 mil unidades. Carlos Chagas “[...] se gabava de ter o maior rebanho bovino de Minas Gerais e a maior densidade de bois do Brasil” MARTINS, 2010, p. 64). Cooperativas de leite são criadas em toda a região nos anos de 1960, especialmente em Carlos Chagas e Nanuque (ACHTSCHIN, 2018). A partir dos anos 70, com o fim do trabalho agrego na região, a pecuária sofreu um declínio significativo no Vale do Mucuri.

QUEM ERA E COMO VIVIAM OS AGREGADOS NO VALE DO MUCURI

O trabalho agrego foi implantado no Brasil a partir do período colonial, sendo uma atividade de homens livres realizada concomitante com o trabalho escravo (FRANCO, 1974). Mas, já findando a escravidão, o agregado aumentou, ganhando vigor ao longo do século XIX em regiões onde o trabalho escravo perdia fôlego. Se em São Paulo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais mudou o formato produtivo com a presença imigrante, o agrego continuou nos sertões, caso do nordeste mineiro.

De acordo com Eduardo Ribeiro (2013), o agregado destinava parte do tempo no trabalho da fazenda e outra parte na sua roça. O trato mais comum, ainda que variasse de acordo com as especificidades locais e temporais, era a cessão da terra para a lavoura, a derrubada da mata liberada, além da caça, pesca e coleta.

À medida que o Estado se fortaleceu e conseguiu maior controle no Vale do Mucuri, a partir dos anos de 1970, fazendo vigorar as leis trabalhistas no campo, o agrego desapareceu na região. Também contribuiu para o fim desse tipo de trabalho o

esgotamento das matas e o fortalecimento de movimentos sociais na zona rural com o processo de abertura democrática.

O agrego foi determinante para a formação do Vale do Mucuri, compondo o cenário rural das médias e grandes propriedades por, aproximadamente, um século. Para Eduardo Ribeiro, “[. . .]poucos lugares em Minas Gerais tiveram presença e mantiveram lembranças tão fortes da agregação quanto o Jequitinhonha e o Mucuri. Ser agregado ou ter agregados fez parte da vida de quase todas as famílias desses lugares” (RIBEIRO, 2013, p. 222).

O trabalho agrego chegou com os proprietários vindos especialmente do Vale do Jequitinhonha a partir da segunda metade do século XIX e foi prevacente na zona rural do Vale do Mucuri por, pelo menos um século: “Antigamente a fala era do agregado. Durante a mata, a totalidade era agregado, não tinha outra forma de trabalho” (Entrevistado “M”). Dos relatos dos agregados, as gerações anteriores já realizavam esse tipo de trabalho. Segundo a entrevista “B”, “[. . .] minha avó e minha mãe eram agregadas”. O entrevistado “F” afirma que nasceu com o pai agregado e com oito anos já estava no trabalho agrego.

Os grupos que compuseram o trabalho agrego na região do Mucuri era muito diverso. Em comum, a condição de serem despossuídos da propriedade rural. Os primeiros a se tornarem agregados no nordeste de Minas Gerais foram aqueles que receberam a terra da Companhia do Mucuri. Não conseguindo produzir, migraram para as fazendas de café. Quer pelo uso da força, quer pela fome, ou ainda pela catequese, também incorporaram à grande produção os diversos grupos indígenas que viviam na região.

Nas médias e grandes propriedades do Vale do Mucuri ainda havia, até 1888, um número expressivo de trabalhadores escravos (correspondiam, segundo o Censo de 1872, a 10% da população da região do Mucuri). Algumas fazendas chegaram a superar uma centena de cativos em seus plantéis, caso de Itamunhec, Monte Cristo e Liberdade (ACHTSCHIN, 2008). Com a abolição, os libertos em sua maioria também se tornaram agregados, continuando nas fazendas.

Outro grupo que vai se submeter de forma desigual ao agrego são os retirantes. O Mucuri vai receber, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, uma leva contínua de imigrantes fugidos da seca. Atraídos pelo crescimento econômico da região e sofrendo com a falta de chuva em diversos momentos, eram originários especialmente do Vale do Jequitinhonha e da Bahia. Da imprensa local, foram frequentes as notícias dos que chegavam. O periódico “O Mucury” de 01 de outubro de 1899, afirmava

que “[...] não passa um só dia sem que magotes de famílias atravessam a região [...] dez e mais pessoas [...] *que se internam pelas matas* [grifo nosso]”.

Portanto, compuseram o grosso dos agregados no Vale do Mucuri: os sobreviventes indígenas que perderam suas reservas, gradativamente enquadrados no mundo do trabalho das lavouras; os ex-escravos, que mantiveram-se no mesmo local onde foram cativos; os ex-posseiros, que não tinham recursos para o próprio sustento ou por pressão do latifundiário para abandonar a sua terra; os retirantes vindos da região norte em condições precárias.

Apresentado o perfil desse trabalhador, é fundamental para o entendimento das relações de poder nas comunidades agregas quais as condições de vida e os recursos que esse grupo dispunha para se manter.

A SOBREVIVÊNCIA NAS COMUNIDADES AGREGAS DO VALE DO MUCURI

Em 01 de novembro de 1941, o jornal “O Norte de Minas” noticiou o crime de envenenamento por “pó de Joanes” cometido por Josefa Soares dos Santos contra seu companheiro agregado e os quatro filhos na zona rural do distrito de Águas Belas [atual município de Águas Formosas]. O motivo: “por fim à miséria em que viviam seu marido e filhos”.

O cenário, pelos depoimentos feitos em entrevistas, corrobora com essa precariedade extrema. Foi comum entre os entrevistados o relato do trabalho exaustivo realizado no agrego. Os termos “sofrido”, “difícil” e “pesado” foram os mais utilizados para dimensionar o trabalho do agregado. Nos relatos, a expressão “morrer à míngua”, para retratar o estado de pobreza no agrego, foi usada com muita frequência.

De acordo com entrevistado “P”, pelo valor pago ao trabalho realizado no agrego e tendo uma família numerosa, era difícil a sobrevivência. A quantia paga pela mão-de-obra era o que trazia maior vantagem para o fazendeiro. O entrevistado “P” afirmou que “[. . .] se um dia de trabalho que era normalmente pago 50 reais atualmente, pagaria 15 para o agregado”. De acordo com o depoimento do entrevistado “J”, “O que a gente recebia era uma mixaria, ‘comparadamente’ um dia de trabalho dava pra comprar uma lata de óleo de segunda qualidade ou uma medida de feijão”.

Favorecia a baixa remuneração a quantidade de mão-de-obra disponível para as atividades realizadas na fazenda. Nos depoimentos, considerava-se uma família pequena a que tinha sete filhos, sendo a média de 10 filhos. A entrevistada “B” tinha dez filhos e oito

irmãos trabalhando na mesma fazenda, em Crisólita. Em uma fazenda com 50 famílias de agregados, podia contar, em média, com 500 trabalhadores disponíveis a uma remuneração baixíssima. O poder de escolha entre tantos trabalhadores era muito favorável ao ruralista. O entrevistado “C” relatou que “tinha um fazendeiro da região que dizia que empregado era igual vara de coqueiro, perdeu um você ‘vai’ no mato e acha outro”.

O tempo de trabalho que o agregado realizava para o fazendeiro era diverso, não há um padrão ou modelo estabelecido que obedecesse a uma rotina comum no labor. Em terras onde as atividades eram muitas, na qual havia uma grande produção, trabalhava-se de forma regular de segunda-feira a sábado, com folga no domingo. Alguns dos depoimentos chegam a relatar trabalhos ao longo de todos os sete dias da semana.

Em outros casos o trabalho não obedecia a um tempo regular, era esporádico. O agregado era solicitado quando houvesse algum serviço a ser feito. Quando a atividade se realizava na lavoura, o agregado era o plantador e colhedor de café, feijão ou milho. Na pecuária, fazia-se cerca, marcava gado, roçava pasto.

Dentre essas atividades, chama a atenção o desmatamento da região do Vale do Mucuri. Nos depoimentos, a imagem da região como mata foi quase unânime. A expressão “tudo aqui era mata” foi sempre repetida. Na sequência, acompanhava o relato a destruição. O agregado chegava para a fazenda para a derrubada, quer seja para o futuro pasto, quer seja para ampliar o latifúndio ocupando as terras devolutas. A derrubada era uma atividade vantajosa para o fazendeiro. “Nas fazendas o agregado ganhava o machado pra derrubar a mata, fazer, produzir. Quando abria espaço, o capim ocupava a manga e o trabalhador era mandado ‘pra’ outro lugar” (entrevistado P).

De acordo com o entrevistado “D”, “[. . .] Eles só mandando abrir mais matas e quando acabava eles tiravam as pessoas. A amizade com o agregado era só quando tinha mata. Quando acabava as matas eles tiravam as pessoas”. Quando havia alguma resistência para o agregado sair da terra, o fazendeiro agia com violência: “Teve caso de fazendeiro por fogo da casa de agregado ‘pra’ ele sair. Jogava no meio do terreiro as coisas dele, os sacos de arroz, feijão fora e só ficava a cinza. Nós fomos criados no tempo da ignorância” (entrevistado “D”). Diante da mata densa e do muito a desflorestar, o agregado encontrava de fazenda em fazenda espaços temporários para trabalhar.

CONDIÇÕES DE VIDA DO AGREGADO

No tempo que sobrava ao agregado, procurava trabalhar na lavoura para seu consumo. O espaço para o plantio era definido pelo fazendeiro, longe da grande lavoura ou

do pasto: “Botava o camarada para trabalhar na grotta, dava a pior parte” (entrevistado “M”). Normalmente, a terra para a agricultura de consumo não era próxima à casa de morar do camponês. “Trabalhar ‘pra’ nós, a roça era em uma chapada lá em cima. Tinha aqui lugar bom de lavoura, mas a gente tinha de ir lá ‘pra’ aquele inferno. Aqui perto de nós não podia” (entrevistada “G”).

Não havia um padrão quanto ao uso da própria lavoura por parte do agregado. Quando trabalhava de forma regular ao longo da semana, a folga era no domingo. Era nesse dia que a família tinha tempo para dedicar às atividades para o consumo próprio, e, em alguns casos produzir excedente para a venda. Em um espaço comum cedido pelo fazendeiro, normalmente se dividia entre os agregados o local de plantio de cada família.

O plantio era o milho, o arroz, o feijão, a mandioca. Em algumas situações, o agregado criava a galinha e o porco. Ter um animal de carga ou alguma cabeça de gado era uma situação muito rara. Se houvesse sobra na produção, era vendido na feira. Mas nem todos tinham acesso a um comércio, pois as distâncias eram enormes. O isolamento da maioria da população rural do Mucuri esteve presente em grande parte dos depoimentos. A entrevistada “G” narra que o contato fora da comunidade quase não ocorria, ficando anos próxima apenas das pessoas do seu convívio diário. Outros enfrentavam uma distância significativa. O entrevistado “L” relata que ia para feira “[...] trazendo tudo na ‘cacunda’, 18 quilômetros a pé”. Era na feira que se conseguiam produtos não fabricados na fazenda, como o sal e o querosene.

Quando a atividade na fazenda era esporádica, o tempo para a produção própria do agregado era maior. Essa maior disponibilidade para produção própria poderia ter dois resultados. Aqueles que tinham locais com terras férteis e condições para o plantio, conseguiam produzir para o sustento e até em certas circunstâncias havia a sobra. Mas, nem todos conseguiam produzir para si. As terras destinadas para a produção agregada eram de baixa qualidade e não havia recurso para aquisição de insumos. Outra dificuldade do agregado era ter material necessário para produção do consumo pessoal.

Quanto à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras no agregado, as condições eram desoladoras. As epidemias devastavam populações inteiras no Vale do Mucuri. O representante do Instituto Mineiro do Café, Ormêo Junqueira Botelho, em artigo escrito no “O Norte de Minas” constatava que, na zona rural “[...] as endemias como a boubã, impaludismo e o amarelão são impressionantes” (O Norte de Minas, 22.02.1935).

O acesso a qualquer atendimento médico era difícil, as fazendas ficavam a quilômetros de um centro urbano com uma estrutura mínima. Em caso de doença, os

fazendeiros não se manifestavam para ajudar os enfermos: “Minha mãe morreu aqui sem fazendeiro nem tomar conhecimento” (entrevistado “H”). Abandono também reclamado pela entrevista “G”: “um dos meus irmãos quebrou a bacia tirando leite e ficou incapaz, em cima de uma cama. O fazendeiro nunca fez nada por ele, quem cuidou dele foi a família”.

A roupa também era um objeto raro. Em 28 de março de 1935, “O Norte de Minas” descreveu as condições precárias do agregado, impossibilitado de deslocar por falta do que vestir. O entrevistado “F” afirma que “Muitas vezes, a roupa era de saco de estopa”. Segundo o entrevistado “T”, “A vestimenta era única, vivia-se de remendo sobre remendo”. Juca descreve que enquanto a mulher lavava a roupa, o “[. . .] companheiro ficava escondido na moita de banana”. O calçado era outra necessidade de difícil aquisição para os agregados. O comum era andar descalço, como descreve o entrevistado “S”, “[. . .] em qualquer situação: para o trabalho, para rezar o terço ou para uma festa”. A entrevistada “G” relatou que foi usar chinelo “[. . .] depois de velha”. O entrevistado “H” reforça afirmando que “as mulheres dançavam de pé no chão”.

A AUTOSSUBSISTÊNCIA DO MUNDO AGREGO: O AGREGO E O SEU MODO DE PRESERVAR A VIDA

Não se encontrava representações ou espaços públicos nas comunidades agregadas. Inexistiam praças públicas ou representações governamentais acessíveis ao agregado. Era um ambiente completamente privado, quase que totalmente isolado e não havendo a presença do Estado. Assim, para intermediar os interesses diante da convivência com o outro, o camponês construiu seu próprio ambiente de sociabilidade, bem como produziu a partir de suas necessidades os recursos e as regras para sua manutenção à vida. Eram trocas de saberes adquiridos por gerações e no aprendizado cotidiano.

Grande parte de objetos de uso era retirado da mata que o agregado vinha para derrubar. Do relato na confecção da cama feito pelo entrevistado “C”, no Médio Mucuri, ilustra bem esses recursos: “As camas eram umas esteiras de taboa. Ninguém tinha colchão naquela época, era feita de taboa. As camas, ‘enficavam’ duas forquilhas, amarravam de vara, ia no mato, tecia a taboa e fazia o colchão”. Mais ao norte do Mucuri, os usos e costumes eram os mesmos: “As camas era varas amarradas de cipó e esteira de taboa ‘pro riba’. A pessoa reбуçava com saco de estopa” (entrevistado “J”).

A construção da moradia também era a partir do que a natureza poderia dispor. As casas eram feitas de enchimento, de tradição secular e que manteve no agregado toda sabedoria popular:

As casas eram feitas pelo próprio agregado. Era feita de “enxumento”. “Envarela” a parede e bate barro, cobrindo com “tabinha” ou rebuçada com capim. Com capim era mais comum, colocada bem em pé, bem caído a cobertura, de modo que não entrava água. É mais segura do que com telha, que às vezes entra água pela chuva de vento. Coloca ele bem “pra” cima, amarra com ripa e cipó. Ou então amarra com três varas e aperta bem amarrado. Tem uma casa que morei 35 anos, ela já tinha 30 e “tá” de pé até hoje. As ripas eram de tapicuru e o esteio era cipó de São João. O piso era de chão batido. O cipó, sapeca ele no fogo e joga dentro d’água, deixa oito dias. Tirar no minguante da lua, porque senão dá broca, depois junta com o barro não quebra de jeito nenhum. “Caba” nunca. Os caibros têm de tirar na lua minguante também, não pode tirar no forte da lua, senão dá broca (entrevistado “D”).

A realidade do agrego no Vale do Mucuri é muito distante da literatura na qual apresenta o coronel como recurso para atendimento médico dos camponeses, em um “levar e trás” compensado pelas barganhas políticas. No nordeste mineiro, não se tinha qualquer assistência do fazendeiro: “Se algum agregado passava mal, não tinha nenhuma ajuda do proprietário. Largava de qualquer maneira” (entrevistado “L”). Ou, como relatou o entrevistado “D”, “Quando adoecia, não tinha hospital, se virava na roça mesmo. O patrão nem queria saber da vida do agregado”. Onde não se tinha acesso a hospitais, nem a médicos e nem a remédios, os recursos para o tratamento com a saúde eram a partir do espaço de vivências e convivências.

A autonomia das comunidades agregadas na preservação da vida pode ser verificado desde o nascimento dos bebês. As parteiras eram figuras centrais na geração de novas vidas. Foi consensual na resposta de todos os entrevistados que em gerações anteriores, nas suas e dos seus filhos, ocorriam apenas partos feitos no ambiente doméstico e com parteira: “Naquela época tudo era na roça, eu nasci de parteira. Meus irmãos nasceram tudo na roça com a mesma parteira” (entrevistado “F”). Ou: “Meus meninos todos nasceram de parteira, eu nasci de parteira. Minha mãe era parteira, fez o parto desses meninos todos por aqui” (entrevistado “D”).

A parteira acompanhava a gravidez, recomendava os cuidados a serem tomados na gestação, sugeria os chás para cada situação de desconforto. Nos primeiros sinais do parto, era chamada a qualquer tempo. No interior do domicílio, no quarto do casal, ocorriam todos os procedimentos. Companheira inseparável na gestação, ela tinha o conhecimento de todos os passos a serem tomados para o nascimento sem riscos.

A mata e as habilidades próprias era a principal fonte para produção de medicamentos: “para tratar de saúde, o povo nesse tempo se salvava mais à base de Deus e remédio no mato” (entrevistado “N”). Hospitais e médicos pertenciam a um mundo

inacessível para o agregado: “Lá ‘pro’ lado de Ciprião [comunidade rural do município de Frei Gaspar] afora, mata virgem, mata densa, qual assistência que tinha aquele pessoal?” (entrevistado “O”). Só a partir dos anos de 1970, com o fim do agrego e a vinda desse trabalhador para a cidade é que se teve acesso à medicina convencional: “Eu consultei médico com 60 anos” (entrevistado “J”).

Estava no conhecimento da mata e suas propriedades os recursos para medicar. Mas o uso de remédios naturais exigia um conhecimento de quem tem a vivência na mata, o que ser usado e o que não utilizar. Desse modo, tão importante quanto as propriedades das raízes e folhas, era a sabedoria do como e quando ser usado. Nesse quesito havia os conhecimentos domésticos para tratamentos rotineiros, como a mãe do entrevistado “R”, que, segundo o relato do próprio entrevistado, para dor de ouvido “[...] colocava aquela fruta do algodão antes de amadurecer no fogo. Tinha de estar só a fruta, ainda não era flor. Quando ficava quentinho, pingava no ouvido”.

De uso rotineiro, na vida familiar eram também os tratamentos com purgantes:

A gente tomava muito aquelas coisas chamadas de lavagem. Era introduzida no ânus. Eles davam um jeito de fazer com a bexiga de porco, bem limpinha. Na bexiga colocava uma vara de cano de mamona, enxia a bexiga e espremia pra dentro da barriga da gente e dava uma lavagem na gente que colocava tudo “pra” fora (entrevistado “P”).

Mas apenas as plantas e as sabedorias do como fazer, aprendidas de geração a geração, não eram suficientes para as curas de doenças de maior gravidade ou males que estavam além do mundano. As crenças povoaram o universo agrego, especialmente no isolamento que viviam. A imensidão da mata estimulava mistérios e magias que nem é dado a todos o poder de decifrar. Nesses micro-espacos regionais interagiam e imbricavam crenças dos nativos com as dos outros chegantes. Acreditavam em poderes sobrenaturais que independia da própria vontade: “Tem gente que tem os olhos ruins, as unhas ruins, que se pega uma fruta no pé, o pé morre. Tem uma senhora aqui que pediu uma pimenta, e ela falou: ‘não vou pegar não, que eu tenho a mão ruim. Pega lá ‘pra’ mim’” (entrevista “F”).

Ainda que muito presente no cotidiano agrego, os valores cristãos ganhavam entendimentos próprios, pois, nessas localidades tão distantes, os representantes da Igreja nunca ou raramente apareciam. A própria religiosidade era reconstruída dentro do próprio espaço de convivência. Para qualquer pequeno imprevisto, as rezas e santos eram invocados: “Rezar em ‘engasgação’ era aquela de São Brás: ‘Homem bom, mulher má, no poleiro de galinha, ‘pus’ esteira no chão, ‘pra’ São Brás deitar, um ‘pra’ cima ou ‘pra’ baixo serve pra desengasgar’. E dá uns três murrinhos nas costas” (entrevistado “R”).

Desses poderes de cura mais brandos fundados em bases católicas, como quebrantos e mau-olhado, as rezadeiras intervinham. Eram predominantemente do sexo feminino, apesar de homens também assumirem esse papel. Mas, para intervir em enfermidades de maior gravidade era chamado o curador. Este normalmente era do sexo masculino. O agregado sabia a diferença entre o benzedor e o curador: “O benzedor usa a oração, usa as raminhas. O curador é raizeiro, ele ia no mato, conhecia as raízes, os paus, os remédios, fazia a garrafada, na cachaça, e passava para o doente” (entrevistado “C”). Além de suas rezas, era a garrafada o medicamento para cura das moléstias. As informações da flora do Mucuri e o uso das plantas medicinais apontam para a presença indígena no meio agregado e sua forte influência no cotidiano dessas comunidades.

Um desses males mais frequentes nas fazendas era a picada de cobra. “Aqui, picada de cobra curava com curador” (entrevistado “D”). Normalmente se associava o curador às garrafadas e às rezas. Desse modo, contra as picadas de cobras, que carregavam venenos e mistérios, o antídoto para se salvar era trazido da mata. O uso das folhas e raízes, bem como as rezas, ficava a cargo do curador. “Se uma cobra mordesse, saindo sangue até pelos fios do cabelo, íngua pra todo lado, ele dava duas colheres de garrafada e curava a pessoa. Podia olhar e não tinha uma íngua” (entrevistado “F”).

Por fim, ainda havia os que buscavam tratamento com a religiosidade de matriz africana, para causas que nem a rezadora e nem o curador solucionavam. Além das rezas também faziam cirurgias espirituais. Chamados de “macumbeiros” pelos agregados, de modo geral eram relacionados a poderes demoníacos, o que despertava muito medo: “Em Cana Brava tinha Domiro ‘véi’. Eu nunca procurei, era macumbeiro. Eu não mexo com esse povo, não. Domiro tirava os lagartos e cobras das terras. Ele rezava e não aparecia nenhuma” (entrevistado “H”).

A fama desses curadores ganhava outros territórios:

Aqui tinha um homem, morreu tem uns dois anos. Vivia em São Miguel de Ataleia [município de Ataleia]. O homem fazia os remédios, o homem era bem entendido. Eu falo porque até de depressão ele tratava. Ele fazia umas garrafadas que curava. Uma menina que vivia em São José dos Campos, não conseguia nem andar de depressão. Ele fez uma garrafada e mandou pra ela e ficou “sãozinha”. Meu genro saiu uns caroços no rosto, até fedia. Tomou a garrafada, nunca mais (entrevistado E).

Ainda que em tom crítico, a fama de alguns desses homens de cura na zona rural não passava despercebida pela imprensa do Mucuri. O periódico “O Norte de Minas” de 06 de janeiro de 1945 anunciou a morte de Joaquim, denominado pelo jornal como curandeiro, atingindo “[. . .] as almas rudes e ingênuas de nossos campônios”. Ainda de

acordo com o semanário, Joaquim “[. . .] inoculava nos rudes cérebros dos roceiros a ideia e a crença no sobrenatural, da cura por artifício” (O Norte de Minas, 06.01.1945). Segundo a publicação, Joaquim ganhou fama como curador, atuando em sua casa na roça, utilizando raízes e conhecimento da medicina “[. . .] indígena e a virtude de suas drogas” (O Norte de Minas, 06.01.1945).

Se os cuidados em preservar a vida eram feitos na própria comunidade, também a convivência com a morte era no espaço de convivência do agregado. O momento era de solidariedade diante do sofrimento alheio. Mas também exigia a colaboração para as práticas usuais de um enterro. A preocupação primeira diante do corpo sem vida era providenciar o caixão e abrir a cova. “O povo era muito unido. Aí escolhia: ‘fulano, sicrano e beltrano vai subir pra fazer a cova’. Botavam as ferramentas nas costas e iam” (entrevistado “J”).

Era na própria comunidade que se fazia o caixão. “Tinha o velório, era a noite toda fazendo caixão, era um carpinteiro e outro pra ajudar. Tinha um velho aqui, o melhor fazedor de caixão que tinha na região. Fazia uns caixões bem feitos” (entrevistado “E”). Em qualquer localidade havia madeira em abundância: “[. . .] tinha gente que subia na árvore já serrando o feixe da madeira para as partes do caixão”(entrevistado “I”).

O velório é um ritual presente no mundo cristão e de importante significado no meio rural. “Quando morria uma pessoa, juntava aquele povão” (entrevistado “C”). Amanhecia, era o momento de levar o defunto ao cemitério. Ainda que os cemitérios fossem nas próprias comunidades, ficava em um espaço mais afastado das moradias, na parte alta. Precisava de braços fortes para carregar o defunto e o caixão.

Apresentadas as condições de vida e os meios de sobrevivência dos agregados, torna-se possível analisar as relações de poder no interior dessas comunidades.

AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS AGREGADOS

Tendo um ambiente nas fazendas de mando e violência por parte do proprietário rural, poderia se imaginar que com os agregados também o poder se estabelecia pela lei do mais forte. Seria então um espaço permanente de tensões e conflitos. No entanto, uma das unanimidades nos depoimentos apresentou um quadro inteiramente inverso, apontando para um espaço de convivência no qual predominava a cooperação entre os grupos familiares agregados: “A violência vinha dos fazendeiros, a convivência entre os agregados era boa” (entrevistado “E”).

As comunidades que viviam do trabalho agregado do Vale do Mucuri estabeleceram sua relação de poder a partir da ajuda mútua. Na ausência ou baixa competitividade entre quem não possui propriedade, no distanciamento do Estado e conseqüente abandono, as comunidades no agregado tenderam à manutenção da vida pela solidariedade. Foi voz única nas entrevistas: “Na convivência entre os agregados não existia conflito. Não existia. Era todo mundo unido” (entrevistado “C”). O entrevistado “N” reforça esse comportamento: “A convivência dos agregados era uma amizade danada. Não tinha briga”.

Assim, torna-se visível que o poder no caso do agregado se estabelecia pelo domínio de grupo. Era a comunidade quem determinava a conduta individual em favor do coletivo. As relações de poder ocorriam em um ambiente ausente de espaço público, dotado de direitos e deveres muito próprios, através de uma integração entre os ambientes domésticos das comunidades agregadas que se intercambiavam em um emaranhado de dependências materiais e espirituais.

Esses laços de solidariedade se formavam e se fortaleciam nos ambientes de convivência comuns (mas não públicos) na zona rural. Dentre esses vínculos de partilha, pode ser citado os locais onde o agregado exercia as atividades para o fazendeiro. Era no feitiço da cerca, nas batidas da enxada para cavar o vale, nas braçadas do machado contra os troncos das árvores, que dividiam as experiências de vida. O entrevistado “D” disse que o peso do trabalho da colheita de café era aliviado com as conversas e brincadeiras entre os trabalhadores. Era nas paradas das roçadas do pasto que compartilhavam angústias e rotinas: “Chegou uma altura, a gente não aguentou, teve de sentar. Parava esperando o almoço, nós ‘trocava’ umas ‘prosas’” (entrevistado “L”).

A rede de solidariedade se tornava ainda mais presente no espaço de produção destinado à lavoura própria: “Nem um jegue velho pra carregar as coisas a gente tinha. O jeito era pedir ajuda os outros agregados pra ir buscar o que nós ‘plantava’” (entrevistado “G”). Auxílio que também era prestado nos momentos mais delicados de saúde: “Quando a pessoa estava doente, a gente cuidada da lavoura do outro” (entrevistado “Q”).

Os depoimentos relatam a ajuda mútua entre os agregados no plantio e colheita de suas produções próprias. Em um sistema de mutirão alternado, a comunidade se dedicava de forma coletiva no espaço produtivo do outro. Chamada de “troca do dia”, se tornou uma prática socialmente obrigatória, consolidada e instituída entre os agregados de todas as regiões do Vale do Mucuri: “um trabalhava para o outro cinco dias, depois ia pra terra do outro e trabalhava mais cinco dias” (entrevistado “M”). Era uma ação já enraizada no mundo agregado: “Aquilo, quando ia fazer uma roça, era uma alegria danada. Eles falavam

trocar dia de serviço, que era assim: ia na roça de um ‘pra’ plantar, depois na roça do outro. Era tudo unido, briga não havia” (entrevistado “N”).

Também constante no relatório eram os empréstimos de alimentos e utensílios domésticos entre os agregados vizinhos:

Meu pai falava assim: “vai lá buscar um pó de café na casa do vizinho, eu vou cuspir aqui e você volta até esse cuspe secar”. Enquanto ia lá pegar o café, o pai ia moendo a cana, e quando a gente chegava, a garapa já estava pronta e fazia o café. Quando a gente tinha café, pagava o que foi emprestado (entrevistado “Q”).

Situações do dia-a-dia, problemas corriqueiros, fortaleciam o grau de dependência e reciprocidade entre os agregados, conforme o depoimento do entrevistado “Q”: “Quando estava com irritação no olho, ia na casa de ‘cumadre’, que estava amamentando, pedia ela um pouquinho de leite ‘pra’ pingar no olho. Leite de peito”. Solidariedade que também era prestada pela vizinhança: “Minha mãe morreu aqui contando com ajuda dos amigos” (entrevistado “H”). Caridade feita àqueles que estavam idosos e adoentados, que viviam, conforme a expressão dos agregados, à míngua: “Cansei de levar um pratinho de comida pra ele, velho do tatu assado [comunidade rural de Teófilo Otoni]” (entrevistado “C”).

Essas partilhas realizadas em rede de favores se consolidaram, ocorrendo no cotidiano de modo ritualístico. Entre elas, a divisão das partes do porco por toda a vizinhança, chamada de “dar um fresco”. Essa prática esteve presente nas diversas falas de agregados em regiões de distâncias extremas em todo Mucuri. Segundo a entrevistada “U”, “a filharada saía levando de casa em casa pedaços do porco. Quando o outro matava um carneiro, do mesmo jeito. Eu era pequena e ia com meus irmãos levando nas casas o quarto de leitoa ‘pra’ um, um pedaço ‘pra’ outro”.

Rito descrito também pelo entrevistado “D”: “Havia muita amizade. Quando um matava uma leitoa, dividia com a vizinhança, porque não tinha nem lugar para guardar, não tinha geladeira. Aí quando o vizinho matava, fazia do mesmo jeito. Eles falavam era ‘dar um fresco’”. Normalmente, o animal a partilhar era o porco, pois não exigia maiores cuidados e era permitido pelo pecuarista: “Quando matava um porco, tinha de dois ou três de nós (pai teve sete filhos), para entregar na comunidade de casa em casa um pedaço de carne. Quando o outro matava também a gente recebia do outro a carne da leitoa que foi morta” (entrevistado “P”). O ato coletivo também foi comentado pelo entrevistado “O”: “Um matava o porco e aí dividia. ‘Pai mandou isso aqui’. O pobre sofria, mas tinha a partilha. Fica aquela solidariedade, um ajudava o outro”.

Outra prática que necessitava de uma ação coletiva fundada na solidariedade eram os enterros. O trajeto para levar o defunto da casa para o cemitério tinha a presença exclusivamente masculina. As distâncias eram longas e o caixão pesado. A situação exigia braços fortes e resistência às caminhadas. E, principalmente, cooperação: “A gente ia correndo: ‘toma aí, companheiro’. O outro pegava, e ia aquela fila de gente pra levar” (entrevistado “F”). “Era uma marcha mesmo. Cansava, soltava pra o outro. Era no trote. E quando ficava pesado, a gente, que era menino, ia afastando aos poucos, e voltava. Ia embora” (entrevistado “O”).

Não se deve imaginar nessa reciprocidade das trocas (coletivas ou individuais) em atitudes de filantropia, em uma generosidade gratuita. Nessa rede de solidariedade existia uma relação de poder relacionada à dependência do outro igual, já que não havia a presença do poder público nem para assistir tão pouco para estabelecer regras. Do mesmo modo que a partilha era um grande recurso de sobrevivência em um ambiente de escassez, era também na regulação dessa comunhão que se estabeleciam as sanções. Ou seja, as sanções são baseadas tanto nas vantagens da comunhão dos escassos recursos como nas habilidades pessoais que serviam a coletividade (LEVI, 1991).

Se as relações de ajuda mútua era um parâmetro para regras de convivência no universo agregado, também havia os vínculos que reforçavam a solidariedade como múltiplos poderes fragmentados. Diversidades de poderes individuais construídos em habilidades pessoais que serviam à comunidade, quer seja na especificidade do ofício, quer seja na maestria das curas. O depoimento do entrevistado “E” sintetiza esse vigor dos micropoderes em consonância com as ações de colaboração mútua: “ ‘Pra’ mim, todo mundo é doutor. Ele faz uma cerca bem feita, ele é doutor. Ele é doutor naquilo que ele faz. Tem uma senhora aqui embaixo, rezadora, ela é doutora”.

Nesse aspecto, poder no sentido de reconhecimento de recursos utilizados junto à comunidade para realização de uma ação. É o caso das parteiras, que carregavam um respeito e reverência como se fosse um ente familiar: “Minha mãe tinha muita amizade com esse povo aí. Eles gostavam muito dela, chamavam de vó. Era chamada nesse mundo velho todo aí. Ela era uma parteira muito entendida” (entrevistado “D”). Depoimento reiterado pelo entrevistado “Q” em relação às parteiras: “Eram muito respeitadas, tanto é que eu chamava minha parteira de vó, como se fosse a mãe de minha mãe ou mãe do meu pai, mas não era nem parente. Tinha muito respeito, nascia aquela juventude, tudo era a vó parteira”.

A parteira carregava a representação desse espaço de convivência de solidariedade, do gesto gratuito, prestando seu ofício em um momento de dificuldade, intimidade e consagração. Reconhecer a parteira como um membro da família dava a ela poderes de regulação no comportamento de muitas gerações, pois representava a autoridade pelos seus gestos de cooperação social.

O enterro era também outro momento de fragilidade que precisava da proximidade da comunidade para não só dividir a dor da morte de um familiar, mas também dos procedimentos práticos. Fazer um caixão exigia maestria, habilidades de poucos. “Tinha um tio meu que era especialista em fazer caixão” (entrevistado “D”). “O caixão era feito na roça, tinha lá o fazedor de caixão” (entrevistado “R”). Era um trabalho que, como a parteira, não se cobrava, uma ação que demonstrava o apreço e o vínculo com a família do defunto.

Mas as habilidades pessoais também pertenciam à vida espiritual. Eram poucos aqueles com os dotes para as rezas e curas, daí a sua importância para a comunidade. Fazendo referência a um curador do distrito de Carlos Chagas, entrevistado “E” dizia que era um “[. . .] homem era bem entendido, qualquer coisa que tinha ele curava. Esse povo era bem entendido, era dom, era um povo muito respeitado”. O entrevistado “I” descreve as habilidades e a confiança dos agregados em relação ao pai, que rezava e fazia as garrafadas para curar as mordidas de cobra: “Às vezes uma cobra ‘ofendia’ no açude, de noite, procuravam ele. Quantas vezes de noite vinham procurar meu pai? Tinham confiança nele”.

Portanto, na comunidade agrega, o poder é estabelecido não por quem tem uma força superior de mando, quer seja pelo potencial bélico (Estado), quer seja pela propriedade (produção). O poder se forma e se estabelece internamente pela necessidade de sobrevivência, surgindo a partir da carência, em regras próprias baseadas na manutenção da vida em grupo, mediante a necessidade da coletividade.

Nas relações de poder desse universo agrega, um ponto a ser considerado é identificar as instituições e como atuam nessas comunidades. Entendendo, nesse caso, instituições (NORTH, 1995) como sendo instâncias na qual se estabelecem as interações humanas e as limitações determinadas pelo coletivo para a convivência. Desse modo, as relações de poder não se assemelham um perfil próximo ao modelo de estruturas contratuais e legais como as regidas nas sociedades modernas.

Tanto os elementos coercitivos quanto os contratuais, base de qualquer instituição reconhecida no mundo atual, não incorporaram na comunidade agrega nem a um órgão

formal, pois o Estado era ausente nas demandas internas do agregado, e nem a uma pessoa, um líder. Havia grandes dificuldades de emergir lideranças que traduzissem o interesse das comunidades agregadas. No caso da relação proprietário e agregado, os riscos que oferecia um enfrentamento era um fator que fragilizava o surgimento de um líder. O reconhecimento, para o agregado, de não ser legítimo reivindicar direitos em um espaço cedido pelo fazendeiro também era um fator dificultador de manifestações coletivas. Na convivência interna entre os agregados, a ausência de um espaço público e um perfil de controle fragmentado não favorecia o surgimento de lideranças. Portanto, não havia um detentor de poder, um indivíduo ou grupo que sobressaísse como capaz de exercer uma ação através da força imediata ou potencial.

Inexistindo um poder centralizado para estabelecer leis e nem lideranças para incorporar o mando, como se instituíam os limites das interações e a previsibilidade das ações humanas na convivência entre os agregados? Estabeleciam-se regras bem definidas a partir das partilhas. As sanções se realizavam com base na reciprocidade, na convivência diária. As coerções se sustentavam e eram efetivadas do mesmo modo que se exerciam na convivência da coletividade: no cotidiano e de forma pulverizada. Elas eram fragmentadas e interligadas em redes de relações e poderes que se entrecruzavam. As instituições na sociedade agregada se fundavam nas práticas baseadas na ajuda mútua realizadas no cotidiano, como o “Dar o fresco” e a “Troca do dia”.

Das sanções, a mais efetiva era o distanciamento e o impacto que poderia causar em uma possível ausência de colaboração do grupo diante das necessidades pessoais. Em um ambiente de extrema carência, ações assim significavam muito. A ameaça ou privações do coletivo são determinantes para a sobrevivência, como aponta o depoimento do entrevistado “S”

A relação de vizinhança na roça é muito forte. Muito desse sentimento de solidariedade, caridade. Toda vez que se fazia biscoito, tinha de levar para os vizinhos todos. Biscoito, que é uma coisa comum. Se eu faço alguma coisa em minha casa e não compartilho é como se eu estivesse fazendo um desligamento. Fulano tá desligando de nós. Matou um porco e não mandou ‘o fresco’. Fez um biscoito, não mandou ‘pra’ nós. É uma rede de solidariedade.

Aquele que não divide o que produz, também deixa de ser beneficiado com o que a comunidade pode compartilhar, inclusive nos micropoderes integrados nessa rede. O trabalho da parteira não era cobrado. Mas poderia vir a ser a quem não pertencia ou partilhava as regras desse grupo. O entrevistado “H” cita um caso de uma família que, vivendo mais afastada, foi cobrada pelo trabalho de parto: “O pai me procurou e me pediu

‘50 conto’, porque a filha pariu e [segundo o avô] ‘a parteira só sai lá de casa se eu pagar ela’”.

Sendo micropoderes agindo em rede de solidariedades, quem é rezador não ultrapassava as especificidades do seu ofício. Do mesmo modo a parteira ou o fazedor de caixão. Conforme já exposto, não havia uma liderança que assumisse os interesses coletivos. A política não se personificava, se realizava em um emaranhado de reciprocidades, existindo um reconhecimento das regras na expectativa da conduta do outro, conduzindo assim comportamentos já estabelecidos. Era no dia-a-dia que estava o potencial limitador, facilitando ou regulando os recursos de poder.

Um relato citado por um agregado pode ser emblemático para ilustrar a relação da rede com esses micropoderes. Nos enterros, havia quem tinha a arte de fazer o caixão. A família que não contasse com pessoas com quem tinha essa habilidade poderia ter problemas. O entrevistado “H” relata um caso de uma senhora e filho que viviam às turras com a comunidade:



Lá na grota tinha um canavial e aí morreu uma velha lá em cima, na Derribadinha [comunidade rural no município de Teófilo Otoni]. Subindo ‘pra’ levar ao cemitério, eles arranjaram um qualquer ‘pra’ fazer o caixão. Pregaram o caixão mal pregado e soltou o fundo. Caiu a velha lá. Onde ela caiu ficou mal assombrado, todo mundo tinha medo de passar. Muitos juraram de pé junto que viu a velha no canavial.

Ninguém queria ter um ente seu ser motivo de chacota ou crendices, nem muito menos caído no chão em um velório por conta de um caixão mal feito. Fica a lição: para se ter um velório com respeito ao seu familiar teria de ser alguém que fosse do ofício em fazer caixão. Para que isso ocorresse era preciso ter uma vida comum, uma vida de partilha.

Outro mecanismo regulador de comportamento era a desaprovação coletiva a quem descumpria as regras da comunidade. Essas situações de expor a vida alheia eram comuns tanto nas conversas durante o trabalho como nas visitas familiares. Fazia-se a visita de uma família a outra, especialmente em almoço de domingo: “O contato do agregado era de ‘ir na’ casa dos outros, bater papo” (entrevistado “I”).

Essa proximidade entre famílias tinha, por um lado, o papel de reforçar os laços de solidariedade, conforme expressa no canto de um agregado: “Caninha Verde/Ô minha verde caninha/Se você não vir na minha casa/eu também não vou na sua” (entrevistado “Q”). E por outro lado, estabelecia o modelo de conduta a ser seguidos no grupo. A censura aos comportamentos alheios no bate-papo da cozinha era um potente instrumento de coerção: “ ‘Vixi’, o que mais tinha era falar da vida dos outros. Tinha muita fofoca”

(entrevistada “G”). Segundo o entrevistado “Q”, “[. . .] a que era mal-afamada, muito namoradeira, o pessoal falava mesmo. Podia esquecer, não casava”.

Em uma realidade de permanente escassez, as regras foram sendo produzidas no interior das comunidades agregas a partir dos benefícios obtidos pelas relações fundadas na cooperação. Nesse cenário, as sanções fundavam-se nas vivências do dia a dia, através dos ganhos da ajuda mútua ou na carência dos que não usufruem da partilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter o Estado como referência única trás enormes dificuldades para o entendimento da política. As regras dessas convivências formadas à margem do poder público, caso do agrego, se tornam perceptíveis através de instituições que funcionam de forma autônoma e, em alguns contextos, independente ou fragilmente reguladas pelo Estado (apesar de não necessariamente confrontando com ele, podendo integrar esses limites de convivências específicos de uma comunidade ao Estado).

As comunidades agregas no Vale do Mucuri construíram regras próprias, com normas institucionalizadas internamente, dentro de sua lógica de manutenção da vida. Com padrões de comportamentos singulares, estabeleceram seus limites de convivência através de costumes locais entrelaçados com tradições trazidas de outras regiões.

Analisando os grupos de despossuídos do agrego, está se considerando que existe uma forma de poder construída paralela ao mando da fazenda e às margens do Estado. Eram, para o poder público, comunidades completamente invisíveis. Se, entre os proprietários rurais, poder e Estado se confundiam, ocorreu no mundo agrego uma relação política que se estabeleceu internamente com relativa autonomia. Nesse caso, o poder se tornou um instrumento social para ser utilizado pelo ser humano como um mecanismo de manutenção da vida entre iguais. Logo, a coerção e a obediência não se fundam necessariamente em um domínio de uma pessoa ou grupo sobre outros, mas em princípios relacionais que procuram preservar a existência.

Nas relações internas da comunidade agrega, diante de convivências possíveis apenas em ambientes privados, todas as realizações coletivas ocorrem no espaço doméstico. Nesse território onde a vida em comum era realizada em circunstâncias de extrema carência, as relações de poder no agrego se deram através de regras fundadas na partilha e na ajuda mútua. Nesse caso, onde há na coletividade um razoável equilíbrio de forças, se estabelece as bases de convivências baseadas na solidariedade. O sentido desse

equilíbrio não significa harmonia e ausência de tensão, mas em regras que são respeitadas e aceitas, o que significa certa previsibilidade na convivência com o outro.

Em instituições consolidadas no agrego não havia órgãos bem definidos, com o papel de punir. Nem suas regras eram ancoradas por leis definidoras de penalidades. As sanções se realizavam nas práticas e vivências do cotidiano, especialmente nas vantagens oferecidas pelas redes de solidariedade do dia a dia.

REFERÊNCIAS

ACHTSCHIN, Márcio. **A Filadélfia não sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX**. Teófilo Otoni, 2008.

_____. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni, 2018.

ASSIS, Flávia Gieseler de Assis. **Visões do agregado em Machado de Assis**, dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. RJ: Ouro sobre azul, 2010.

CLARET Marques Fonseca, Ivan. **Nanuque, seu povo, sua história**. Nanuque, 1985.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: Um esboço de regionalização para o território mineiro e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. Ouro Preto, Minas Gerais. **X Seminário sobre a economia mineira**, 2002.

FRANCO, M. S. Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2 ed., São Paulo: Ática, 1974.

JORNAL **Nova Philadelphia**, 1895 a 1898 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri).

JORNAL **O Mucury**, 1899 a 1900 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri).

JORNAL **O Norte de Minas**, de 1929 a 1951 (Acervo Digital Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri).

KAPLAN, Abraham. LASSWELL, Harold. **Poder e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEVI, Margareth. Uma lógica da mudança institucional. **Dados**, 34 (1): 79-99, 1991.

LINHART, Ana Maria Galano Mochcovitch. Êxodo rural, fazendas e desagregação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19, outubro, 2002: 6-39.

MACHADO, Cacilda. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 167-186, jan./jun. 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Marcos Lobato. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG – 1890 a 1950. **Revista de História Regional**, 15 (1), 2010, p. 40-77.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NORTH, Douglass C. **Instituciones, cambio institucional Y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura económica, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. S. Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estrada da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estud. Soc. E Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010: 393-433.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SUAREZ, M. Agregados, parceiros e posseiros: a transformação do campesinato no centro-oeste. **Anuário antropológico/80**. Fortaleza: edições UFC – Tempo Brasileiro, 1982.

RECEBIDO EM: 05/04/2021
PARECER DADO EM: 12/05/2021